



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPÉIA

DIRETORIA

Processo No. 1234

Promovente:

PREFEITO MUNICIPAL

Natureza:

PROJETO DE LEI Nº 12/72

Assunto:

Altera o salário família dos servidores municipais

ANDAMENTO

<i>Justica</i>			
<i>Relator: Car- nelung Dalv</i>	<i>Parecer</i>		
<i>14-8-72</i>	<i>coincidente</i>		
<i>lppel</i>	<i>R</i>		

Observações:

Arquivado em:

DIRETOR DA SECRETARIA



Prefeitura Municipal de Pompéia

ESTADO DE SÃO PAULO

OF. N.º 395/72

ASSUNTO:

Remetendo projeto de lei.

EM: 07 de julho de 1972

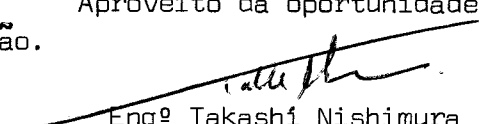
Senhor Presidente

Com o presente, tenho a honra de passar às mãos de Vossa Excelência, o anexo projeto de lei que altera o artigo 13º da Lei 822 de 1º de -- junho de 1970, a fim de ser submetido a apreciação e aprovação dessa Casa.

Justificando a proposição quero aqui esclarecer de que os operários no geral em nosso paiz percebem um salário-família baseado em percentual do salário-mínimo vigente, bem como, os funcionários federais e estaduais quasi que nessa igualdade, sendo que, até a presente data, vem os nossos funcionários municipais, percebendo a importância mínima de Cr,\$ 5,00 (cinco) cruzeiros) por depedente, razão - pela qual, êste executivo envia o presente para essa Colenda Câmara, no sentido de sua - aprovação.

Invoca êste executivo o artigo 26 da Lei Orgânica dos Municípios, bem como, os dispotos nos seus parágrafos.

Aproveito da oportunidade para apresentar os meus protestos de estima e consideração.


Engº Takashi Nishimura

Prefeito Municipal

Exmo. Sr.

Tufic Baracat

DD. Presidente da Câmara Municipal de Pompéia

Nesta



Prefeitura Municipal de Pompéia

ESTADO DE SÃO PAULO

PROJETO DE LEI Nº 12/72
AUTÓGRAFO Nº _____
LEI Nº _____

TAKAHSI NISHIMURA, Prefeito Municipal de Pompéia,

Estado de São Paulo, usando de suas atribuições legais,

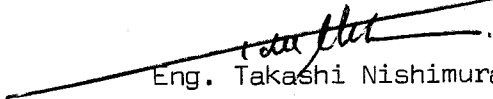
F A Z S A B E R que à Câmara Municipal de -
Pompéia, aprova e êle sanciona e promulga a seguinte Lei.-

ARTIGO 1º - O artigo 13º da Lei n. 822 de 1º de junho de 1970, -
passa a ter a seguinte redação:-

" Artigo 13º - O salário-família dos funcionarios municipais passa a -
ser na base de 5% (cinco por cento) do salário mínimo vigente, por dependente, res-
peitando-se as leis anteriores, no tocante o enquadramento do dependente."

ARTIGO 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação,
revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMPEIA, em 07 de julho de 1972


Eng. Takashi Nishimura
Prefeito Municipal

Projeto de lei nº 12/72

Altera lei nº 822, a respeito do salário-família.

Parecer conjunto das Comissões de Justiça e Finanças

O Chefe do Executivo, por esta prepositura ora em estudos nestas Comissões, altera o artigo 13º da lei 822, de 1º de junho de 1970, no que concerne ao pagamento do salário-família aos dependentes dos funcionários públicos municipais.

Estabelece que o salário-família será pago na base de 5% do salário mínimo vigente na região, para cada membro da família do funcionário, espediando-se as leis anteriores no tocante ao enquadramento de dependente.

Em sua justificativa, o sr. Prefeito Municipal alega que os "operários em nosso País percebem um salário-família baseado em percentual do salário-mínimo vigente, o mesmo acontecendo com funcionários estaduais e federais".

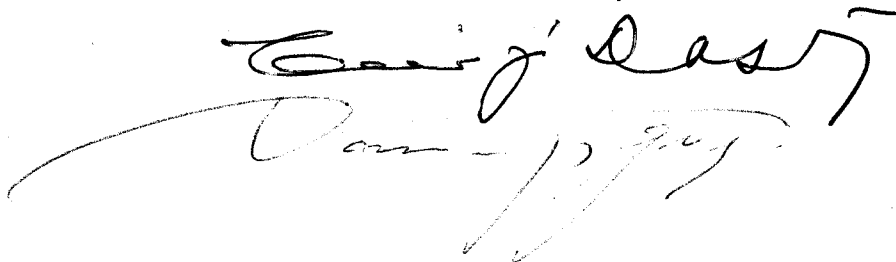
Justo, portanto, que funcionários municipais recebam o salário-família relativo a seus dependentes numa base semelhante ou igual.

Legal, . . . conseguinte, a proposição . . . aspecto de sua constitucionalidade.

Sob o ponto de vista econômico-financeiro, nada há a opor ao presente projeto de lei.

Somos, pois, pela sua aprovação pelo Egregio Plenário desta Casa.

Sala das Comissões, 15 de . . . ste de 1972.



Luiz Carlos